

# Sociedade civil e movimentos sociais na América Latina e Europa Central e Oriental: uma perspectiva comparada

*Nos anos 1970, o termo “sociedade civil” foi reinventado quase simultaneamente na América Latina e na Europa Central e Oriental. Os problemas com a consolidação da democracia são frequentemente interpretados como resultado de uma sociedade civil fragilizada, que não se estabeleceu como arena independente no novo sistema político. Este artigo explora as similaridades e diferenças básicas no caráter da sociedade civil em ambas as regiões e faz alguns questionamentos acerca das relações com os regimes políticos bem como sobre o papel dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais internacionais na formação da sociedade civil.*

Palavras-chave: Sociedade civil; movimentos sociais; América Latina; Europa Central e Oriental.



*In the 1970s, the term “civil society” was reinvented almost simultaneously in Latin America and Central and Eastern Europe. The problems of consolidating democracy are often interpreted as the result of a weakened civil society that has not established itself as an independent arena in the new political system. This article explores the basic similarities and differences in the character of civil society in both regions as well as asks several questions concerning its relations with political regimes and the role of social movements and international nongovernment organizations in the formation of civil society.*

Key words: Civil society; social movements; Latin America; Central and Eastern Europe.

---

**Vladimíra Dvoráková:**  
Professora na Universidade de Economia, Praga, República Checa.

## I INTRODUÇÃO

O tema *sociedade civil* tornou-se parte do debate intelectual e, de certa forma, foi reinventado quase simultaneamente pela comunidade acadêmica, nos anos 1970 e 1980, em estudos sobre a América Latina e a Europa Central e Oriental.<sup>1</sup> Naqueles anos, o termo refletia atividades públicas contra regimes não-democráticos, contra o Estado e/ou mais precisamente fora da esfera estatal. Em ambas as regiões, algumas destas atividades buscavam complementar ou substituir o Estado em muitos dos papéis que o Estado autoritário não podia ou não queria cumprir, tais como liberdade de educação (“seminários de apartamento” ou “universidades em casa” na Europa Central e Oriental),<sup>2</sup> segurança pública e problemas sociais (violência e exclusão social na América Latina), ou nos quais violava diretamente os direitos humanos e civis básicos.

Esse período *heróico* – que em certa medida inspirou pesquisadores e ativistas nas democracias liberais ocidentais em sua busca pelo aprofundamento de processos democráticos, novos atributos da democracia (participativa ou deliberativa) e novas formas de governança – culminou na Europa Central e Oriental em 1989, *ano dos milagres*, segundo T. G. Ash, com mobilizações de massa, atividades geralmente não-violentas e, em muitos países, na formação de alguns movimentos de massa de base ampla e fraca organização para derrubar o regime (“Fórum Cívico” na República Checa, “Público contra a Violência” na Eslováquia, “Novo Fórum” na República Democrática Alemã, “Fórum Democrático” na Hungria e “Solidariedade” na Polônia).<sup>3</sup>

O fim dos regimes autoritários na América Latina aconteceu de maneira diferente. Primeiramente, a onda de democratização na região levou mais tempo e com maior frequência se caracterizou por pactos políticos que prolongaram os processos de transição (como o caso de Pinochet no Chile, por exem-

plo).<sup>4</sup> Em segundo lugar, a maioria dos regimes autoritários duraram menos tempo, de modo que as personalidades políticas dos períodos anteriores geralmente ainda estavam ativas e a renovação das formas de organização política (partidos políticos) podiam se basear em suas atividades prévias.<sup>5</sup> Por um lado, não havia espaço para movimentos amplos que pudessem preencher o vácuo político como nos países da Europa Central e Oriental. Por outro, em ambas as regiões o fim dos regimes autoritários foi acompanhado por um alto grau de mobilização popular e participação cidadã.

O presente trabalho busca avaliar as similitudes e diferenças básicas no caráter da sociedade civil na América Latina e na Europa Central e Oriental. O fato de a sociedade civil ter se reconstituído em oposição a regimes autoritários neoliberais na América Latina e a regimes comunistas no Leste Europeu foi crucial para o tipo de sociedade civil que surgiu em países específicos? Por que os movimentos sociais na Europa Central e Oriental têm sido mais fracos do que na América Latina? Qual o papel das organizações não-governamentais (ONGs) internacionais na formação da sociedade civil em ambas as regiões?

## **2 SOCIEDADE CIVIL FRACA: UM PROBLEMA PARA A CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA?**

A sociedade civil parece ser uma peça central das visões liberais sobre o funcionamento de um sistema democrático liberal plenamente desenvolvido. Contudo, as definições de sociedade civil proliferam na literatura e a falta de consenso sobre o termo complica as discussões acadêmicas em virtude de a argumentação se basear em compreensões diferentes.

Meu apoio conceitual para o termo segue os entendimentos de Mary Kaldor (2003:7-11) e se baseia numa definição operacional que combina abordagens militantes, neoliberais e pós-

modernas. Assim, a sociedade civil é entendida como um espaço para extensão de atividades participativas dos cidadãos, no qual os indivíduos podem influenciar suas condições de vida tanto diretamente mediante a auto-organização como indiretamente por meio de pressão política em que a agenda política reflete os tópicos e conflitos profundamente enraizados na sociedade. A sociedade civil consiste na vida associativa: um “terceiro setor” voluntário e sem fins lucrativos que não apenas restringe o poder do Estado (contra a expansão do Estado e a favor da *accountability*), mas também oferece de fato um substituto para muitas das funções que o Estado neoliberal deixou de desempenhar (caridade, ONGs), bem como movimentos e redes sociais. A sociedade civil é uma arena de pluralismo e contestação, uma arena de intercâmbios de redes sociais com a aceitação de múltiplas identidades, operando no interior de uma economia de mercado (que fornece autonomia econômica) e sob o estado de direito (que fornece segurança jurídica).

Adoto essa definição operacional não devido a minhas preferências sobre o que a sociedade civil deveria ser e que papel deveria ter na política, mas porque gostaria de usar essas características como um critério geral de comparação entre a sociedade civil na América Latina e nos países da Europa Central e Oriental. Definido o termo, pode-se caminhar para a relação entre a sociedade civil e o tipo ocidental de democracia liberal.<sup>6</sup>

O fim de regimes não-democráticos em ambas as regiões foi provocado ou acompanhado por mobilizações de massa e participação popular, sendo geralmente celebrado como uma grande vitória da sociedade civil. Como mostra a literatura, a maioria dos problemas de reconstrução da democracia é interpretada predominantemente como resultado de uma sociedade civil fraca.<sup>7</sup> O termo reconstrução significa que em alguns casos havia uma tradição democrática liberal antes da instalação do regime não-democrático, apesar de alguns dos paí-

ses jamais terem experimentado uma democracia liberal. Essa fraqueza é com freqüência caracterizada por um baixo grau de organização da sociedade civil que inclui a baixa densidade das associações e o reduzido tamanho dessas organizações no concernente ao número de membros e voluntários, mas também trata do tipo de intercâmbios em rede.<sup>8</sup> Em razão das suas fraquezas, a sociedade civil não consegue desempenhar o papel de “guardiã” da democracia e requerer responsabilidade social dos políticos para formular demandas de grupos sociais particulares e permitir a formação de redes transversais. Todos esses fatores têm um impacto na confiança: confiança interpessoal, confiança nas instituições como parlamento, presidência, partido político e corte de justiça, e confiança nos procedimentos democráticos como eleições e as leis em geral.<sup>9</sup>

Contudo, o pressuposto de que a densidade das associações civis e o alto grau de participação popular fortalecem a estabilidade democrática não é inquestionável. Ao analisar o desenvolvimento na América Latina nos anos 1990, Kenneth Roberts (1998:7) tentou explicar a estabilidade democrática na região, argumentando que a “democracia pode sobreviver devido aos setores populares serem demasiado fracos ou restritos para utilizar suas alavancas para mobilizar ameaças aos interesses da elite ou colocar alternativas substantivas na agenda política”. Isto reflete o paradoxo segundo o qual, apesar de a sociedade civil na América Latina ter renascido durante os anos 1970 e 1980, atuando contra os regimes neoliberais anti-democráticos, o caráter neoliberal dos recém-estabelecidos regimes latino-americanos não se alterou.

Resultados similares são encontrados no artigo de Kurt Weyland (2004:135-157). Conforme este defende, os regimes neoliberais, especialmente por causa da internacionalização e da globalização, por meio da economia de mercado, salvaram a democracia na América Latina e, ao mesmo tempo, reduziram sua qualidade na região.

Em suma, o neoliberalismo parece ter fortalecido a sustentabilidade da democracia na América Latina, tanto por expor a região mais fortemente a pressões externas pela manutenção de regimes civis competitivos como por enfraquecer desafios internos à sua sobrevivência [...] O *soberano popular* [...] mantém o direito de rejeitar as pressões diretas e indiretas dos investidores. Mas tal imprudência traria custos consideráveis na era neoliberal de crescente integração ao mercado global. A cidadania pode, a princípio, exercer todo o seu escopo de direitos democráticos e, por exemplo, votar em qualquer candidato que queira, mas o controle concentrado sobre os recursos econômicos claramente levam a uma auto-restrição (Weyland, 2004: 143 e 146).

Roberts escreveu estas observações no final da década de 1990 e Weyland no início do novo milênio; suas análises não refletem a guinada à esquerda na região que sugere a busca por agendas políticas alternativas, ao menos em alguns países.

As experiências históricas na Europa Central também podem desafiar o pressuposto da correlação positiva entre densidade associativa e estabilidade democrática. Marc Howard (2003) adverte que a densidade associativa na Alemanha pré-Segunda Guerra não evitou a ascensão de Hitler e, provavelmente, permitiu disseminar sua ideologia entre um público bem mais amplo. Levando em consideração o crescimento de movimentos radicais de direita na Europa, essa idéia sugere uma visão diferente sobre os efeitos de uma sociedade com alto grau de organização.

De fato, a relutância de tantos cidadãos pós-comunistas em participar voluntariamente hoje significa que organizações e movimentos **antidemocráticos**, bem como suas contrapartes democráticas, também terão problemas em organizar e mobilizar a população e seus esforços serão debilitados pelo mesmo legado de desconfiança em relação às organizações (Howard, 2003:150).

Uma abordagem similar focada na experiência tcheca de apoio ao comunismo pode ser vista no estudo de Marek Skovajsa sobre o comportamento eleitoral que levou à vitória do comunismo após a Segunda Guerra. Ele conclui que, “para-

doxalmente, as regiões tchecas mais **imunes às tentações totalitárias** foram aquelas com os **mais baixos índices de atividade associativa.**" (Skovajsa in Lewandowski; Znoj 2008: 271; destaques no original). Ressalta o autor: "O que conta é a estrutura do setor associativo e suas conexões com o sistema político."

Esses são critérios importantíssimos para qualquer avaliação da força e influência da sociedade civil e seus impactos sobre a estabilidade ou fragilidade e/ou aprofundamento da democracia. Utilizando estes critérios, as abordagens ora mencionadas (Roberts e Howard) podem tornar-se compatíveis. A estrutura significa a existência de diferentes tipos de organizações, tais como de lazer, sociais, baseadas no voluntariado profissional, nacional e internacional; as conexões significam as formas e canais de comunicação e as características básicas da cultura política. Para entender o que é a estrutura e como as conexões funcionam torna-se necessária uma breve exposição das suas raízes históricas.

### 3 LEGADO HISTÓRICO

#### Europa Central e Oriental

Durante o regime comunista havia dois tipos de organizações públicas:<sup>10</sup> as estruturas oficiais (sindicatos, organizações de mulheres e de juventude) e "associações de lazer" (turismo ou esportes) que faziam parte do sistema. Essas organizações não podiam tomar qualquer posição oficial contrária às políticas do Estado (Partido). Além disso, elas não formulavam qualquer demanda específica e eram em grande medida utilizadas como fonte de lealdade passiva ao regime (quase todos pertenciam a alguma dessas organizações) e, em certa medida, por meio de proclamações oficiais de apoio,

como fonte de legitimidade ao regime. Havia um controle vertical, isto é, hierárquico bastante efetivo. No entanto, no âmbito local das “organizações de base”, em especial do tipo “lazer”, havia algum espaço para atividades independentes, em certos casos até fundamentadas na oposição ao sistema de valores do regime comunista (como o movimento de escoteiros),<sup>11</sup> o que permitia algum tipo de contatos sociais amplos e podia ser fonte de revitalização de atividades após a mudança de regime.

Além disso, algumas habilidades organizativas e de contabilidade básicas foram adquiridas pelos ativistas. Após a mudança do sistema político, pode-se observar certa continuidade nessas atividades e nos funcionários lidando com ações “de lazer”, a emancipação de algumas organizações “camufladas” (o movimento escoteiro) e a transformação de outras (sindicatos).<sup>12</sup> Nos demais casos, houve uma forte descontinuidade nas organizações de tipo mais “oficial”, como, por exemplo, as associações de mulheres e jovens.

Outros tipos de organizações (redes) foram formados por dissidentes, pessoas que organizavam atividades as quais refletiam algum tipo de desobediência civil e se concentravam em programas contra o Estado e/ou fora dele. A habilidade em mobilizar a população e obter apoio e influência variou entre os países, com o maior impacto sendo obtido na Polônia (Solidariedade) e Hungria. Contudo, na maioria dos países os dissidentes formaram um grupo algo restrito de ativistas sem nenhuma mobilização popular mais profunda até 1989.

Entre os intelectuais dissidentes nos países da Europa Central e Oriental, a percepção sobre o conceito de sociedade civil foi intensamente influenciada pelo ensaio de Václav Havel, intitulado *A força dos sem-poder* (1985),<sup>13</sup> que continha forte apelo moral e enfatizava a responsabilidade individual pela decisão de “viver na verdade” ou “viver na mentira”. A idéia de “polis paralela” (fora das estruturas oficiais do Estado) e de



## SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA E EUROPA CENTRAL E ORIENTAL: UMA PERSPECTIVA COMPARADA

“política não-política” (enfraquecimento do papel dos principais atores políticos e das instituições burocráticas do Estado) era entendida não apenas como um padrão de vida no (e contra o) regime comunista, mas de algum modo também na “pós-democracia”. Atividades fundamentais eram direcionadas aos direitos humanos e civis, à ajuda aos prisioneiros (e suas famílias), às demandas de pluralismo político (contra o papel de liderança dos “partidos comunistas”), e algumas questões sociais e econômicas (especialmente na Polônia e Hungria, onde as tensões sociais eram consideravelmente fortes). O “capitalismo” e em certa medida a “economia de mercado” não eram tópicos de discussão pública.<sup>14</sup>

Em alguns países, certo grau de propriedade privada dos meios de produção era permitido (especialmente na Polônia e Hungria, no setor agrícola e nos pequenos empreendimentos). Em outros, isto não funcionava. Houve tentativas de reforma econômica a partir do fim dos anos 1970, buscando encontrar métodos para obter uma economia mais eficiente e aumentar o interesse dos funcionários pelo desempenho econômico de suas empresas. Mas nunca a “opção capitalista” foi proclamada oficialmente, nem mesmo pela oposição.<sup>15</sup> É interessante conferir os argumentos do ex-presidente soviético, Mikhael Gorbachev, que buscou legitimar sua reforma econômica utilizando-se de artigos e comentários de Lênin acerca da Nova Política Econômica (NEP).<sup>16</sup>

### **América Latina**

Organizações públicas na maior parte dos países da América Latina tinham um caráter diferente em comparação aos países da Europa Central e Oriental. Em sua maioria, não havia uma rede de organizações de massa controladas oficialmente e com o papel de legitimadora dos regimes não-democráticos; não obstante, é possível encontrar algumas similari-

dades. Os militares tomaram muitas organizações estabelecidas da sociedade civil e, após expurgar elementos esquerdistas, as subordinaram a uma agenda capitalista autoritária. Além disso, em alguns países, grupos violentos atuaram com o apoio e a tolerância do Estado (“paramilitares”), ou contra este (*Sendero Luminoso*). Não incluo esses grupos entre as fontes da sociedade civil, mas os menciono para descrever o ambiente no qual funcionavam as organizações da sociedade civil. A violência presente na maior parte dos regimes autoritários latino-americanos neste período (bem maior que nos países da Europa Central e Oriental, nos anos 1970 e 1980) influenciou a formação de organizações da sociedade civil que tentavam proteger os civis desses conflitos e, ao mesmo tempo, de organizações que defendiam direitos humanos (como simbolizado pelas *Madres de La Plaza de Mayo*) e protestavam contra o Estado que participava diretamente ou ajudava a organizar essa violência.

A outra diferença que precisa ser mencionada está ligada a questões étnicas, econômicas e sociais. Organizações e/ou movimentos de base étnica raramente existiram nos países da Europa Central e Oriental.<sup>17</sup> Em alguns países latino-americanos a etnia tornou-se a base para a formação de movimentos civis. Ademais, na América Latina havia protestos contra a política econômica neoliberal e o trabalho social com os segmentos mais pobres e socialmente excluídos era organizado com base na sociedade civil e freqüentemente do voluntariado.

Para concluir a comparação entre o contexto histórico das duas regiões, pode-se observar em primeiro lugar uma potente estrutura oficial “não-voluntária” na Europa Central e Oriental que esteve praticamente ausente na América Latina. Em segundo lugar, a habilidade para organizar movimentos de massa de cunho econômico e/ou social era mais fraca na Europa Central e Oriental que na América Latina.<sup>18</sup> Em terceiro lugar, na Europa Central e Oriental havia uma forte orientação a fa-

vor da construção de um espaço de “privacidade” no sentido de resguardar a própria identidade e a dignidade individual contra a intrusiva ideologia nos países comunistas. O trabalho social voluntário era algo quase completamente desconhecido nos países da Europa Central e Oriental e atividades de base étnica tampouco existiam. A relação entre a sociedade civil e o Estado era ambígua na Europa Central e Oriental: as organizações públicas oficiais eram parte do Estado e do regime; para os dissidentes o Estado era identificado como um inimigo. A mesma animosidade ou desconfiança em relação ao Estado existia nos movimentos da América Latina, tanto devido ao seu caráter não-democrático, quanto pela experiência socialmente negativa com o Estado mesmo antes de os militares tomarem o poder.

#### **4 PROBLEMAS ATUAIS: ESTADO DE DIREITO**

O problema-chave para a reinvenção da sociedade civil na Europa Central e Oriental e na América Latina tem a ver com o estado de direito. Com efeito, historicamente o conceito de sociedade civil está fortemente relacionado com o estado de direito: “Sociedade civil como estado de direito e uma comunidade política, uma ordem pacífica baseada no consenso implícito ou explícito de indivíduos, uma zona de ‘civildade’.” (Kaldor, 2003:7).

O estado de direito é a base de qualquer sistema democrático, apesar de este não ser uma condição suficiente para classificar um regime como democracia plena. Paradoxalmente, a tradição de reinventar a sociedade civil na Europa Central e Oriental e na América Latina durante os anos 1970 e 1980 não caminhou precisamente em direção ao estado de direito, que tem sido parcialmente subestimado. Há várias explicações: não havia praticamente qualquer experiência com o estado de direito antes da formação dos regimes não-democráticos e, quan-

do existiu, foi uma experiência bastante curta. Isto é, o estado de direito e seus procedimentos não eram amplamente aceitos como “valores democráticos”.

A subestimação do estado de direito e dos procedimentos legais deixou amplo espaço para a corrupção, dadas as fortes conexões entre política e economia em ambas as regiões. Há um elemento adicional que devemos levar em consideração nos países da Europa Central e Oriental: não havia uma estrutura social capitalista e não havia capitalistas no momento do colapso dos regimes comunistas. Isto pode explicar por que formas “selvagens” (frequentemente descritas como Leste Selvagem) de transição econômica sem constrangimentos legais ou uma estrutura legal transparente se tornaram a norma e permitiram a fácil formação de grupos de capitalistas (como os oligarcas russos).

Além disso, conforme enfatizado por Kopecky e Barnifield (1999:78),

A noção de sociedade civil tornou-se uma teoria política articulada em oposição ao totalitarismo. Era vista primariamente como uma estratégia de oposição ao regime comunista; mas era também apresentada como um programa para a sociedade pós-comunista e possivelmente até mesmo uma “pós-democrática”.

O impacto desse entendimento acerca do papel da sociedade e do Estado (política) foi a grave subestimação do papel das instituições de um Estado democrático, das formas de mediação e do papel dos partidos políticos. Apesar disso, um efeito colateral dessa atitude pode ser visto no fortalecimento da posição dos partidos políticos, no crescimento da *partidocracia* e no declínio da participação política popular.

## 5 O DESAFIO NEOLIBERAL

Provavelmente uma das diferenças mais marcantes relativa à orientação da sociedade civil nas duas regiões é a atitude em

## SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA E EUROPA CENTRAL E ORIENTAL: UMA PERSPECTIVA COMPARADA

relação ao conceito neoliberal de economia de mercado e ao papel do Estado. Em países da Europa Central e Oriental, como resultado da *descomunização*<sup>19</sup> sob forma neoliberal tem havido um baixíssimo número de atividades “socialmente” orientadas com base no voluntariado, a ausência quase completa de movimentos sociais, a falta de participação de massa em protestos e nenhuma formulação de demandas. Na América Latina, ao contrário, “[...] em todos os casos em que a sociedade civil era uma reação a um regime autoritário, ela era também uma resposta a um processo de crescente diferenciação entre mercado e sociedade, trazido por políticas neoliberais”. (Avritzer in Glaisius et al., 2004: 55).

Ao interpretar esse fato, deve-se levar em consideração que os indicadores de pobreza, desigualdade social e exclusão social não eram tão altos na Europa Central e Oriental como em alguns países latino-americanos.<sup>20</sup> Foi a transformação econômica que trouxe um declínio radical dos padrões de vida nos primeiros anos e também influenciou a estratificação da sociedade, com a pobreza como um fenômeno relativamente novo. Para muitos centro-europeus, o desemprego se tornou uma experiência completamente nova.

A resposta da sociedade a esse processo de diferenciação foi relativamente fraca. A mudança do pêndulo histórico de uma sociedade comunista planejada e burocratizada – na qual muitos dos serviços de maior qualidade (como saúde e educação) só podiam ser obtidos mediante propinas ou cultivo de redes sociais especiais – para uma sociedade neoliberal guiada pela *mão invisível do mercado*, na qual o principal “operador” se tornou o Estado e sua burocracia (isto é, os políticos), criou um ambiente bastante específico que limitou as possibilidades para a formação de movimentos sociais.

Ambas as regiões tiveram uma característica similar: a presença de muitas ONGs profissionais, a maioria com o apoio de organizações internacionais (a União Européia nos países da Europa Central e Oriental) e, por vezes, com o apoio do Estado.

Isto levou à proliferação de muitas organizações e associações vinculadas a projetos específicos, cujas atividades são influenciadas por financiamentos e projetos propostos de cima, e não pela identificação de problemas da base social. Tais organizações geralmente não reagem aos problemas sociais reais e não se baseiam na atividade de voluntários. Seus projetos e as soluções propostas não refletem os problemas reais da sociedade. Alguns autores advertem que exportar a sociedade civil para outros países pode levar à atrofia de processos locais de mudança (Hann in Glasius et al., 2004:44).

E ativistas de movimentos sociais baseados em atividades voluntárias costumam observar os profissionais das ONGs com suspeição, dado que eles por vezes têm acesso privilegiado ao Estado ou a projetos e financiamentos “internacionais”. As críticas se concentram principalmente na incorporação disseminada de ativistas de ONGs no “Estado” e na “política”, e/ou no caso de organizações internacionais no “imperialismo cultural”: isto é, na preparação do “espaço neoliberal” para a expansão econômica global.

Na América Latina podem-se observar duas fases iniciais desse desenvolvimento: a primeira até os anos 1990, quando as ONGs existentes ou recém-formadas eram facilmente incorporadas ao Estado neoliberal; a segunda, a partir de então, quando os movimentos sociais mais militantes “de base” se formaram. Esse é o motivo pelo qual se podem testemunhar atitudes freqüentemente negativas entre esses diferentes tipos de “sociedade civil” na América Latina. Na Europa Central e Oriental, tais atitudes não têm uma forte presença, sobretudo pela quase ausência de movimentos sociais.

Ao mesmo tempo, essa “imposição” na maioria dos países da Europa Central e Oriental preencheu o vácuo de equipes profissionais e a falta de experiência existente com levantamento de fundos, contabilidade ou elaboração de projetos. Ela também disseminou os “padrões” básicos de regimes democráti-

## SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA E EUROPA CENTRAL E ORIENTAL: UMA PERSPECTIVA COMPARADA

cos liberais, trazendo para a agenda termos como *accountability*, conflitos de interesse, direitos humanos, direitos das minorias, gênero e luta contra a corrupção; bem como chamando atenção para questões sociais tais como os grupos socialmente excluídos e os sem-teto. É impossível verificar se essa “imposição” impediu a formação de organizações de base autônomas, mas algumas características negativas se fizeram presentes, indo contra a lógica de uma sociedade civil plenamente desenvolvida. A partir da minha própria vivência, concordo plenamente com Chris Hann (in Glasius, 2004, s/p) que assim descreve sua experiência:

Uma década após o colapso do socialismo, descobri que nenhum acadêmico em Moscou levou a sério a noção de sociedade civil. Era apenas uma frase mágica que se devia incluir ao concorrer a qualquer financiamento estrangeiro, da mesma maneira como uma frase sobre o renascimento espiritual ou cultural russo era obrigatória para concorrer a verbas no país.

Para muitos ativistas de ONGs na Europa Central, a lição tirada dos acontecimentos pós-1989 foi a necessidade de aprender o vocabulário “correto” ao preparar projetos e buscar financiamento externo. Isto era mais importante que definir os problemas reais da sociedade. Ou seja, o desenvolvimento era mais “de cima para baixo” que “de baixo para cima”. Além disso, em alguns casos, os problemas resolvidos por ativistas da sociedade civil eram “virtuais”; isto é, a sociedade não sentia esses problemas como realmente importantes (embora alguns possam ter sido).

A pesquisa na maioria dos países da Europa Central e Oriental fornece alguma evidência acerca dos “fortes sentimentos de desconfiança em relação a organizações voluntárias”, como resultado da sua experiência com a participação “imposta” durante os regimes comunistas. Outro fator importante é o uso continuado das redes pessoais de amizade que se originaram nos regimes comunistas.<sup>21</sup> E um terceiro fato é

a frustração com “o novo sistema político-econômico” (Howard, 2003:146-148).

## 6 CONCLUSÃO

O conceito de sociedade civil foi reinventado quase simultaneamente na América Latina e Europa Central e Oriental, e em ambos os casos essa “reinvenção” esteve ligada à rejeição de regimes não-democráticos. Na América Latina, organizações da sociedade civil freqüentemente reagiram ao impacto das reformas econômicas neoliberais que acompanharam os regimes autoritários e, assim, tanto os aspectos “políticos” (como direitos humanos e liberdade) quanto os “sociais” se fizeram presentes. Durante o processo de democratização, essas organizações, quase sempre integradas a redes de organizações não-governamentais internacionais, foram incorporadas ao sistema neoliberal e o aceitaram. Mais adiante, movimentos sociais mais radicais se formaram. Assim, encontramos a coexistência de dois tipos de associações na América Latina. Em contraste, questões sociais não faziam parte de nenhuma das atividades durante os regimes comunistas, nem das organizações “oficiais”, nem das associações de dissidentes. A *descomunização* em sua forma neoliberal encontrou uma sociedade civil despreparada para seus impactos sociais e, mesmo hoje, protestos e movimentos sociais são comumente interpretados pelos intelectuais da corrente dominante como “comunistas”.

A “internacionalização” da sociedade civil tem estimulado o desenvolvimento desta sociedade nas novas democracias, ao tempo em que tem moldado as atividades de ONGs locais que freqüentemente refletiam mais as idéias e prioridades dos doadores que os problemas cotidianos dos cidadãos de Estados específicos. Embora a profissionalização das ONGs tenha sido importante para canalizar demandas da esfera social para a política, não consegue moldar as habilidades e os



## SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA E EUROPA CENTRAL E ORIENTAL: UMA PERSPECTIVA COMPARADA

hábitos dos cidadãos comuns. Nos países da Europa Central e Oriental, o voluntariado é bastante fraco e poderia ser mais forte na América Latina. O resultado de mais de vinte anos de democracia neoliberal em ambas as regiões não oferece uma imagem muito otimista: basta observar as tensões sociais, o declínio da participação popular e do voluntariado, o aumento do absenteísmo eleitoral e a diminuição da confiança, tanto interpessoal quanto institucional. No entanto, a crise atual abre espaço para alternativas e uma esperança de que elas não reproduzirão as experiências não-democráticas de ambas as regiões.

---

A primeira versão deste estudo foi apresentada no painel "Sociedade civil e movimentos sociais: América Latina e Europa Central e Oriental" durante o XXI Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA, na sigla em inglês), Santiago do Chile, 12-16 de julho de 2009. Gostaria de agradecer aos participantes do painel por seus comentários e a Robert Austin da Universidade de Melbourne por sua profunda revisão do artigo. A pesquisa para esse trabalho e a participação no Congresso Mundial contaram com apoio financeiro da Agência de Fomento da República Checa ao projeto "Tipologia de Regimes de Esquerda na América Latina".

---

Traduzido do inglês por Clayton Mendonça Cunha Filho

### REFERÊNCIAS

ASH, Timothy, Garton. **The magic lantern**: The Revolution of '89 witnessed in Warsaw, Budapest, Berlin and Prague. New York: Random House, 1990.

AVRTIZER, Leonardo. 'Civil society in Latin America: uncivil, liberal and participatory model'. In: M. Glasius, D. Lewin, H. Seckinelgin, Hakan. (Eds.). **Exploring civil society**. Political and cultural contexts. New York: Routledge, 2004.

BAKER, Gideon. **Civil society and democratic theory. Alternative voices**. London and New York: Routledge Innovations in Political Theory, 2002.

CALDERÓN, Fernando; LECHNER, Norberto. **Más allá del Estado, más allá del Mercado**: la democracia. La Paz: Editorial Plural, 1998.

CORDOVA, Abby. **Economic inequality, interpersonal trust, and support for redistributive policies in Latin America**. Disponível em: [http://www.allacademic.com//meta/p\\_mla\\_apa\\_research\\_citation/2/6/7/6/2/pages267629/p267629-3.php](http://www.allacademic.com//meta/p_mla_apa_research_citation/2/6/7/6/2/pages267629/p267629-3.php)

DAHL, Robert. **Democracy and its critics**. New Haven-CT: Yale University Press, 1989.

DVORÁKOVÁ, Vladimíra. Civil society in Latin America and Eastern Europe. Reinvention or imposition. **International Political Science Review**, v. 29, n. 5, p. 579-594, 2008.

GILL, Gregory. **The dynamics of democratization**: elite, civil society and the transition process. Basingstoke: Palgrave, 2000.

GLASIUS, Marlies; LEWIN, David; SECKINELGIN, Hakan (Eds.). **Exploring civil society. Political and cultural contexts**. New York: Routledge, 2004.

HANN, Chris. 'The church of civil society'. In: M. Glasius, D. Lewin, H. Seckinelgin, Hakan (Eds.). **Exploring civil society. Political and cultural contexts**. New York: Routledge, 2004.

HAVEL, Václav. 'The power of the powerless'. In: John Keane (Ed.). **The power of the powerless: citizens against the State in Central Eastern Europe**. London: Hutchinson, 1985.

HOWARD, Marc Morjé. **The weakness of civil society in Post-Communist Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KALDOR, Mary. **Global civil society: an answer to war**. Cambridge: Polity Press, 2003.

KOPECKY, Petr; BARNFIELD, Edward. 'Charting the decline of civil society. Explaining the changing roles and conceptions of civil society in East and Central Europe'. In: J. Grugel (Ed.).

**Democracy without borders. Transnationalization and conditionality in new democracies.** London and New York: Routledge, 1999.

KOPECKÝ, Petr; MUDDE, Cas. **Uncivil society? Contentious politics in post-communist countries.** London and New York: Routledge, 2003.

KUBIK, Jan. 'How to study civil society: The state of the art and what to do next.' **East European Politics and Societies**, v. 19, n.1, p. 105-120, 2005.

LUHMANN, Niclas. **The differentiation of society.** New York: Columbia University Press, 1982.

LEWANDOWSKI, Joseph D.; ZNOJ, Milan (Eds.). **Trust and transitions.** Cambridge: Scholars Publishing, 2008.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred **Problems of democratic transition and consolidation. Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe.** Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1996.

MATIJU, Petr; VITÁSKOVÁ, Anna. 'Interpersonal trust and mutually beneficial exchanges: measuring social capital for comparative analysis.' In: J. D. Lewandowski and M. Znoj. **Trust and transitions.** Cambridge : Scholars Publishing, 2008.

MÜLLER, Karel B. **Ěeši a občanská společnost. Pojem, problémy, východiska.** Praha: Triton, 2002.

\_\_\_\_\_. **Evropa a občanská společnost. Projekt evropské identity.** Praha: SLON, 2008.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Social Movements and state power. Argentina, Brazil, Bolivia, Ecuador.** London: Pluto Press, 2005.

PRZEWORSKI, A. **Democracy and the market. Political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America.** Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

ROBERTS, Kenneth M. **Deepening Democracy? The modern left and social movements in Chile and Peru.** Stanford: Stanford University Press, 1998.

SARTORI, Giovanni. **The theory of democracy revisited**. Chatham, NJ: Chatham House, 1987.

SEDLÁÈKOVÁ, Markéta; ŠAFR, Jirí. 'Social trust and civic participation in the Czech Republic.' In: J. D. LEWANDOWSKI and M. ZNOJ. **Trust and transitions**. Cambridge: Scholars Publishing, 2008.

SKOVAJSA, Marek. 'Two faces of civil society in Post-Communist Countries.' In: J. D. LEWANDOWSKI and M. ZNOJ. **Trust and transitions**. Cambridge: Scholars Publishing, 2008.

WEYLAND, Kurt. 'Neoliberalism and Democracy in Latin America: A mixed record.' **Latin American Society and Politics**, v. 46, n 1, p. 135-157, 2004.

ZIMMER, Annette, Priller Eckhard (Eds.). **Future of civil society. Making Central European Nonprofit-Organizations Work**. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2004.

Fontes de internet:

Projeto (LAPOP): <http://sitemason.vanderbilt.edu/lapop/AmericasBarometerInsightsSeries>

## NOTAS

---

<sup>1</sup> É necessário definir a região em virtude de o conceito de Europa Central e Oriental ser relativamente vago. Minha análise se concentra em países que integraram o Bloco Soviético; isto é, os estados pós-Iugoslavos e a Albânia não estão incluídos. O núcleo da minha análise se baseia na Europa "Central": Checoslováquia, Polônia e Hungria. A situação da Alemanha Oriental era muito similar à da Checoslováquia durante o regime comunista, mas, após o colapso do comunismo, o desenvolvimento seguiu uma lógica diferente.

---

<sup>2</sup> Durante os anos 1970 e 1980, na República Checa e demais países da Europa Central e Oriental, eram organizados seminários em apartamentos particulares para estudo e discussão de textos sociológicos, filosóficos e similares de autores cujos livros e artigos não estavam disponíveis nas bibliotecas. Normalmente contavam com um professor banido da universidade por razões políticas, mas depois houve também visitas de professores da Europa Ocidental. Frequentemente esses seminários eram interrompidos ou abandonados quando a polícia secreta impedia o acesso ao apartamento.

---

<sup>3</sup> Alguns desses movimentos tinham existido antes de 1989 (por exemplo, o movimento "Solidariedade" existiu por quase uma década), mas as características básicas e seu papel durante o processo de desmantelamento do regime comunista foram praticamente os mesmos. Esses movimentos unificaram um público contrário ao regime comunista, apesar de não haver entendimento comum sobre como modelar o futuro.

## SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA E EUROPA CENTRAL E ORIENTAL: UMA PERSPECTIVA COMPARADA

Eles incluíam correntes políticas diversas: desde anarquistas, comunistas reformistas, social-democratas, liberais, conservadores até grupos nacionalistas da direita radical. Essa foi a principal causa da desarticulação desses movimentos logo após o colapso do comunismo.

---

<sup>4</sup> Refiro-me ao período no qual o processo de transições se iniciou. O “efeito dominó” que presenciamos na Europa Central e Oriental não foi tão forte na América Latina.

---

<sup>5</sup> Excluo o Paraguai desta consideração.

---

<sup>6</sup> A revisão da ampla literatura sobre democracia supera o escopo deste trabalho. Contudo, os seguintes textos, largamente utilizados pela abordagem liberal, devem ser consultados como introdução ao tema: Giovanni Sartori, *The theory of democracy revisited*, 1987; Robert Dahl, *Democracy and its critics*, 1989; Gregory Gill, *The dynamics of democratization: elite, civil society and the transition process*, 2000.

---

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, Glasius, Lewis, Seckinelgin, 2004; Zimmer, Priller, 2004.

---

<sup>8</sup> Algumas pesquisas sociológicas mostram dados relativamente positivos para a República Checa em algumas formas de participação (por exemplo, doações, petições, etc.). Contudo, existem problemas metodológicos em tais pesquisas por não considerarem atividades com alta demanda de tempo e a habilidade de influenciar a “agenda política”: isto é, ser capaz de levar os problemas sociais para o campo da política. Para esses dados, ver Matijū, Vításková; Sedláčková, Štaif; ambos os capítulos estão incluídos em Lewandowski e Znoj (2008).

---

<sup>9</sup> A confiança parece ser uma categoria-chave para o entendimento de muitos dos problemas e desafios na Europa Central e Oriental. Para comentários sobre esse problema, ver Lewandowski, Znoj (2008). Dados acerca da América Latina mostram resultados similares. Ver Abby Cordova, *Economic inequality, interpersonal trust, and support for redistributive policies in Latin America*, em [http://www.allacademic.com/meta/p\\_mla\\_apa\\_research\\_citation/2/6/7/6/2/pages267629/p267629-3.php](http://www.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/2/6/7/6/2/pages267629/p267629-3.php) e também resultados particulares na pesquisa Americas Barometer, conduzida pelo Projeto Latino-Americano de Opinião Pública (LAPOP): <http://sitemason.vanderbilt.edu/lapop/AmericasBarometerInsightsSeries>. Weyland (2004, p.146) aponta a decrescente confiança pública nos governos e políticos, o aumento na abstenção eleitoral e o declínio da participação popular associada ao aprofundamento das reformas neoliberais.

---

<sup>10</sup> Não desejo utilizar o termo “sociedade civil” em virtude de serem principalmente associações organizadas em caráter oficial; no entanto, existe certa continuidade em termos físicos e culturais.

---

<sup>11</sup> A estrutura do “movimento escoteiro” na República Checa por intermédio do *Svazarm* (União para colaboração com o exército) permitiu a continuidade de alguns clubes (tropas) por quase vinte anos a partir do fim da década de 1960 (quando foi renovado e novamente proibido). Os movimentos escoteiros na República Checa estiveram fortemente associados ao “andarilhismo” que se tornou influente desde os anos 1920 e estava estreitamente ligado à classe trabalhadora e à juventude estudantil, refletindo de forma romântica a expansão ocidental estadunidense. A oposição ao sistema de valores significa que enfatizavam um estilo de vida livre, independência e camaradagem, e criticavam o *status quo*, os estilos de vida burgueses e pequenos burgueses. A República Checa pode ser um caso único devido ao ateísmo predominante entre seus habitantes (mesmo antes do comunismo), de modo que os escoteiros não tinham conexões fortes com a Igreja. O movimento escoteiro passou a ter influência junto à população por causa também das

atividades contra o regime nazista e de suas muitas vítimas que morreram em campos de concentração. Nos anos 1970 e 1980, “andarilhos” semi ou não-organizados freqüentemente usavam uniforme militar; os mais populares eram os que usavam algo do equipamento militar estadunidense, porque simbolizava um protesto contra o comunismo. Nada que simbolizasse os uniformes soviéticos Ra usado devido à ocupação da Checoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia em 1968. Isto é, o movimento escoteiro em conexão com o “andarilhismo” refletia uma tradição simbólica diferente.

---

<sup>12</sup> É interessante que a transformação dos sindicatos em organizações realmente representativas dos trabalhadores às vezes causou conflito entre seus membros, que ainda desejavam que os sindicatos continuassem com as “formas de atividades comunistas tradicionais”; isto é, férias baratas e presentes de chocolate antes do Natal.

---

<sup>13</sup> *Power of the powerless* no original. Václav Havel é um dramaturgo tcheco, famoso dissidente, presidente da Checoslováquia (1989-1992) e da República Checa (1993-2003).

---

<sup>14</sup> A maioria dos dissidentes tentava operar dentro do sistema legal. Desde o fim dos anos 1970, a Conferência de Helsínki constituía-se no espaço para atividades envolvendo violações de direitos humanos, mas a menção ao “capitalismo” não era fácil, pois atividades contrárias ao regime eram caracterizadas nas constituições comunistas como “alta traição”.

---

<sup>15</sup> Não me refiro a opiniões individuais, mas lendo o ensaio de Václav Havel ora citado se pode encontrar uma profunda crítica ao consumismo nas democracias ocidentais e algumas visões do “futuro pós-democrático”. Logo após a queda do comunismo, como presidente, proclamou a idéia de extinguir simultaneamente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia; posteriormente apoiou com entusiasmo os “bombardeios humanitários” da Sérvia e Kosovo, assinou a “carta dos 8” (líderes políticos europeus de direita) e apoiou o presidente G. W. Bush na Guerra do Iraque (apesar de tanto o Parlamento quanto seu gabinete serem contrários). Recentemente, assinou carta endereçada ao presidente Barack Obama na qual expressa seu descontentamento com a decisão dos EUA de cancelar a instalação dos radares e mísseis na Polônia e República Checa.

---

<sup>16</sup> A NEP foi promulgada pela União Soviética em 1922 como uma tentativa de recuperação econômica após a Guerra Civil e durante o chamado “comunismo de guerra”. Durou apenas dois anos, até a morte de Lênin. É uma questão a ser debatida posteriormente se esse período não poderia ter sido o “termidor” que, em breve, levaria a sociedade de volta a algum tipo de capitalismo. Pensando-se na América Latina, um exemplo simplificado de tal capitalismo poderia ser o adotado pelo México pós-revolucionário.

---

<sup>17</sup> Isto pode ser bem surpreendente considerando o crescimento do nacionalismo pós-1989. Contudo, em primeiro lugar não incluo na minha análise o caso iugoslavo; e em segundo lugar, o “nacionalismo” foi usado em alguns países como parte da política e ideologia oficiais. Na Bulgária existia uma política extremamente antiturca e na Romênia uma política contrária, sobretudo, à minoria húngara.

---

<sup>18</sup> Na Polônia, o movimento Solidariedade foi formado como sindicato e defendia algumas demandas sociais dos trabalhadores que refletiam a escassez de longo prazo de certos produtos básicos de uso cotidiano. Ao mesmo tempo, o simbolismo desse sindicato era algo bastante difícil de ser analisado por sociólogos ocidentais: crucifixos, fotos do papa e velas, longe do rol de símbolos de um movimento operário.

---

# SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA E EUROPA CENTRAL E ORIENTAL: UMA PERSPECTIVA COMPARADA

---

<sup>19</sup> Nota do Tradutor: *De-communization* no original. Refere-se ao processo de transição dos regimes comunistas vigentes na Europa Central e Oriental em direção ao capitalismo.

---

<sup>20</sup> Certamente havia diferenças profundas entre os países centro-europeus e indicadores mais altos de pobreza e exclusão social eram evidentes na Bulgária e Romênia.

---

<sup>21</sup> Este é um problema bastante importante ligado a outros, tais como: *privatização civil* (Habermas), capital social (Putnam, Bourdieu) e confiança. Não há espaço aqui para uma discussão mais aprofundada do tema; além disso, não possuo conhecimento aprofundado sobre esse fenômeno na América Latina. Para aqueles interessados nesses problemas, ver o interessantíssimo volume de J. D Lewandowski e M. Znoj (Eds.), *Trust and transitions* (2008).